



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

**PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**ADAIANO FARIAS ARAÚJO**

**ESTUDO SOBRE O DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE  
PICUÍ-PB**

**CAMPINA GRANDE**

**2022**

ADAIANO FARIAS ARAÚJO

**ESTUDO SOBRE O DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE  
PICUÍ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms. Dayane Renaly Lopes de Oliveira

**CAMPINA GRANDE**

**2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663e Araújo, Adaiano Farias.  
Estudo sobre o diagnóstico socioeconômico do município de Picuí - PB [manuscrito] / Adaiano Farias Araújo. - 2022.  
24 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Dayane Renaly Lopes de Oliveira, Departamento de Agrárias e Exatas - CCHA. "

1. Perfil socioeconômico do município de Picuí-PB. 2. Diagnóstico socioeconômico. 3. Dados para desenvolvimento local. 4. Picuí-PB. I. Título

21. ed. CDD 351

ADAIANO FARIAS ARAÚJO

ESTUDO SOBRE O DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE  
PICUÍ-PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado ao Programa de Pós-  
Graduação em Gestão Pública Municipal  
da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de Especialista em Gestão Pública  
Municipal.

Aprovado em 30 / 12 / 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

*Dayane Renaly Lopes de Oliveira*

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Dayane Renaly Lopes de Oliveira (Orientadora)  
Universidade Estadual Paraíba (UEPB)

*Francisco Anderson*

---

Prof. Me. Francisco Anderson  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Herlane Chaves Paz*

---

Prof.<sup>a</sup> Me. Herlane Chaves Paz  
Faculdade Três Marias (FTM)

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do Produto Interno Bruto per capita do município de Picuí-PB - 2010 a 2019. ....	16
--	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Objetivos Globais do Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	13
Figura 2: Faixa do desenvolvimento.....	17
Figura 3: Plano Plurianual de Picuí-PB.....	18
Figura 4: IFDM e áreas de desenvolvimento.....	19

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Crescimento do IDHM (1991 a 2010).....	16
Tabela 2: Crescimento do IDHM (Educação, Longevidade e Renda de 1991 a 2010) .....	17
Tabela 3: Índice de Gini / Picuí-PB.....	18
Tabela 4: Metas e Resultados do IDEB de Picuí entre 2007 e 2021.....	21

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice "FIRJAN" de Desenvolvimento Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano PluriAnual
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	10
<b>2.1 Diagnóstico e sua importância para as políticas públicas</b> .....	10
<b>2.2 Desenvolvimento e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável</b> .....	11
<b>2.3 Principais dados socioeconômicos</b> .....	14
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	15
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	15
<b>4.1 Indicadores de desenvolvimento</b> .....	16
<b>4.2 Educação</b> .....	20
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	21
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	23

## **ESTUDO SOBRE O DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB**

### **SOCIOECONOMIC DIAGNOSIS OF THE MUNICIPALITY OF PICUÍ-PB**

#### **RESUMO**

O objetivo geral do artigo é traçar um perfil socioeconômico do município de Picuí, Estado da Paraíba, a fim de evidenciar dados importantes para servir de base para potenciais políticas públicas para o desenvolvimento local. A metodologia utilizada foi o estudo de caso municipal, e as fontes consultadas para obtenção dos dados incluíram bases de dados oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outras, além de artigos científicos consultados nas bases de dados do Portal de Periódicos Capes/MEC e Scielo. Como resultado, este diagnóstico contribui para tornar os indicadores socioeconômicos mais acessíveis e humanizá-los para que possam ser analisados de forma que ultrapassem a formalidade dos dados em diferentes e difíceis base de dados e possam ser utilizados como ferramenta de proposição de políticas públicas. O município de Picuí conseguiu obter uma posição de destaque no Índice Gini com um aumento em relação aos dados de 1991 (0,5318) para 2000 (0,5484) e uma queda 10 anos depois para 0,5281 no ano de 2010, indicando uma melhoria na distribuição de renda entre os cidadãos. Em outra importante área das políticas sociais, a da educação, Picuí também conseguiu uma boa posição e resultado do IDEB, com resultados acima da média estadual e nacional.

**Palavras-chave:** Perfil Socioeconômico. Diagnóstico. Dados.

#### **ABSTRACT**

The general objective of the article is to draw a socioeconomic profile of the municipality of Picuí, State of Paraíba, to highlight important data to serve as a basis for potential public policies for local development. The methodology used was the municipal case study, and the sources consulted to obtain the data included official databases such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), among others, in addition to scientific articles consulted in the databases of the Portal de Periódicos Capes/MEC and Scielo. As a result, this diagnosis contributes to making socioeconomic indicators more accessible and humanizing them so that they can be analyzed in a way that goes beyond the formality of data in different and difficult databases and can be used as a tool for proposing public policies. The municipality of Picuí managed to obtain a prominent position in the Gini Index with an increase in data from 1991 (0.5318) to 2000 (0.5484) and a fall 10 years later to 0.5281 in 2010, indicating an improvement in income distribution among citizens. In another critical area of social policies, education, Picuí also achieved a good position and resulted in the IDEB, with results above the state and national average.

**Keywords:** Socioeconomic Profile. Diagnosis. Data

## **1 INTRODUÇÃO**

Avanços socioeconômicos significativos ocorreram no Brasil nas últimas duas décadas, como resultado das mudanças trazidas pela política econômica e pelo engajamento mais ativo das políticas públicas, em particular da política social. A população do nosso país, no entanto, continua a enfrentar grandes desafios socioeconômicos e lutando por questões fundamentais relacionadas à ausência de direitos universais como saúde, educação, assistência social, entre outros.

A realidade social que a maioria da população vivencia no dia a dia está longe das condições ideais para o exercício da verdadeira cidadania plena em nosso país, como a garantia de direitos e qualidade de vida. É necessário explorar como melhorar o desempenho das políticas públicas locais, maximizando os resultados socioeconômicos alcançados e, em particular, considerando dados e evidências como um trampolim crucial na busca de melhorias e na realização de nossos objetivos atuais.

Para conscientizar sobre os desafios e fragilidades que precisarão ser superados nos próximos anos, principalmente nas áreas de educação, saúde e assistência social, o desenvolvimento do diagnóstico socioeconômico do município de Picuí representa uma iniciativa significativa. Os governos municipais devem estar atentos também aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram desenvolvidos sob a orientação da Organização das Nações Unidas em busca de uma agenda global conhecida como Agenda 2030 que visa reduzir a desigualdade social e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O objetivo geral do artigo é traçar um perfil socioeconômico do município de Picuí, Estado da Paraíba, a fim de evidenciar dados importantes para servir de base para potenciais políticas públicas para o desenvolvimento local. O objetivo específico foi a apresentação de dados socioeconômicos municipais que são mais estudados e servem de base para análise, implementação e avaliações de projetos de políticas públicas.

O artigo se estrutura em cinco tópicos importantes: No primeiro consta a introdução, no segundo a fundamentação teórica sobre o tema, no terceiro são apresentados os procedimentos metodológicos, no quarto apresenta os resultados e discussão que é o diagnóstico socioeconômico do município, e no quinto tópico as considerações finais do trabalho.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Diagnóstico e sua importância para as políticas públicas**

De acordo com MEREGE (2011), o diagnóstico é um instrumento importante que é usado para a compreensão de uma realidade social e para o registro dos principais problemas locais do estudo. O diagnóstico serve para criar uma representação preliminar no estudo e uma realidade que servirá de base para o auxílio de questões prioritárias, desenvolvimento de estratégias, programas e deliberação no domínio das ações de políticas públicas (JANNUZZI,2005).

É importante ressaltar que o diagnóstico é meramente uma etapa no processo de desenvolvimento de políticas públicas, pois diagnosticar problemas sem ter um plano para resolvê-los é inútil. O diagnóstico limita-se a descrever os problemas e suas causas. O planejamento inicia-se com o diagnóstico e completa-se com o

agendamento das ações e procedimentos de avaliação (TÔSTO,2003). Essa análise socioeconômica deve ser construída com base em indicadores confiáveis, válidos e agregados que possam capturar várias facetas da realidade social (LIMA; ANDRADE; BARCELOS, 2013) e pode, então, ser utilizado para desenvolver políticas públicas.

O diagnóstico fornece informações de uma variedade de áreas que podem contribuir com o governo local para que os administradores da área trabalhem numa perspectiva territorial, temporal e multissetorial. Isso os ajudará a obter uma compreensão mais profunda de sua comunidade e fornecer-lhes as informações, pois eles precisam ter a melhor compreensão situacional possível de sua comunidade. Jannuzzi (2005) afirma que no campo das políticas públicas, os “indicadores sociais mostram, indicam, aproximam traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse, definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente” (p.138, 2005). Vários estudos vêm aplicando a técnica do diagnóstico com diversas perspectivas, como as questões socioambientais (TACHIZAWA, 2009; DAL MORO, 2015), e as socioeconômicas (LIMA; ANDRADE; BARCELOS, 2013).

Lima, Andrade e Barcelos (2013) apresentaram nas reuniões dos comitês regionalizados e participativos, uma avaliação socioeconômica de Minas Gerais em um esforço para auxiliar na construção da imagem coletiva da região. Estes dados incluíam componentes de vários domínios como objetivo de fornecer aos gestores uma perspectiva temporal e multissetorial sobre a região em que atuam, fazendo com que eles avaliassem a região com uma visão mais ampla e encarasse os problemas regionais com apresentação de estratégias e ações para serem aplicadas e com isso solucionar os problemas apresentados. (LIMA; ANDRADE; BARCELOS, 2013). Já o trabalho desenvolvido no Cariri Paraíba por Da Nóbrega Júnior (2015), se procurou analisar informações e dados importantes de desigualdade e pobreza regional, realizando uma avaliação evolutiva dos aspectos socioeconômicos que confirmaram um alto nível de desigualdade.

## **2.2 Desenvolvimento e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

O desenvolvimento das cidades tem que ser baseado em visões futuras, independente do seu porte, nas quais fundamentem e der base de planejamento a partir de diagnósticos e instrumentos de base sólida, assim afirmando que nosso espírito cidadão quando estimulado pode gerar uma consciência histórica e política que é algo tem que te ser considerado, pois:

Não há hoje município tão pequeno que não precise ser entendido e administrado à luz do mundo moderno, marcado por fenômenos como a velocidade da mudança social e da tecnologia, a globalização da economia e outros aspectos que exigem dinamismo dos governos no sentido de assegurar o bem-estar da sociedade e os direitos dos cidadãos. (Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1996, p.133).

Os desafios que os municípios enfrentam são principalmente um resultado de falta de qualidade de educação e cuidados de saúde, bem como uma falta de questões sociais e geração de emprego e renda. Assim com estes fatores desencadeiam várias outras demandas de exigências para o desenvolvimento de políticas públicas para o avanço econômico e social com o objetivo de avançar no desenvolvimento socioeconômico mais amplo. A cada dia mais podemos identificar

que as questões sociais estão ligadas as econômicas e faz surgir o conceito de desenvolvimento como sendo um movimento socioeconômico que está fundamentado em diversas áreas de estudos sociais e econômicos (SIEDENBERG, 2011).

Devido à sua importância para as atividades do sistema econômico, a dimensão social tornou-se uma das componentes essenciais do processo de desenvolvimento. Isso ocorre porque, se não houver investimento em capital humano, os setores produtivo e de infraestrutura não funcionarão adequadamente (DOWBOR, 2001).

Sen (2000) defender o modelo de desenvolvimento ao lado da liberdade econômica (liberdade política, política social, oportunidade econômica, oportunidades de proteção, segurança e transparência das liberdades e garantias das pessoas), onde o mesmo modelo é defendido em relação a qualidade de vida, em vez de apenas a acumulação de capital e a distribuição de riqueza, mas também em relação a questões como a educação e saúde. Em meio dessas ideias todas, surge o pensamento e teorias que são desenvolvidas por Sen, nas quais ganham espaços na discussão do desenvolvimento, trazendo a parte social em uma busca por explicações socioeconômicas que estão ligadas ao bem-estar, educação, saúde e desenvolvimento (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

No ano de 2015, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) teve sua aprovação por 193 chefes de estados e do alto escalão da Organização das Nações Unidas (ONU) que fazem parte integrando um protocolo internacional sobre o desenvolvimento sustentável com a temática de “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que firmou acordo estabelecendo estratégias globais para os próximos anos (PNUD, S.D.).

"A nova Agenda de desenvolvimento propõe uma ação mundial coordenada entre os governos, as empresas, a academia e a sociedade civil para alcançar os 17 ODS e suas 169 metas, de forma a erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta" (PNUD, S.D.).

O Brasil assumiu também essa responsabilidade de realização e implementação dos 17 objetivos nos quais tem 169 metas que juntas formam uma importante agenda para a implementação de ações e políticas públicas que resultam em desenvolvimento socioeconômico que de acordo com a PNUD (S.D.) “Essa agenda universal, integrada e transformadora visa estimular ações que porão fim à pobreza e construirão um mundo mais sustentável nos próximos 15 anos”.

**Figura 1- Objetivos Globais do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**



Fonte: PNUD 2022

Para que os 17 objetivos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 sejam implementados é de fundamental importância que todos os setores da nossa sociedade trabalhem na mesma direção, em rede através de parcerias, ações e tomada de decisões nas quais as 169 metas sejam pensadas e assumido o compromisso de sempre avançar em busca do desenvolvimento sustentável. Paz e Cuenca (2020) afirmam que os objetivos do desenvolvimento sustentável têm um modelo de institucionalização para os poderes constituídos, que se baseia em princípios como: cooperação, colaboração e transversalidade, nos quais é demandado um modelo novo de gestão.

O quarto objetivo do desenvolvimento sustentável é a Educação de Qualidade, e nesse tópico vamos tratar só da questão do Índice da Educação Básica (IDEB) que é muito importante para um bom resultado dos dados para se obter uma educação de qualidade, e esse objetivo é considerado um dos objetivos mais importantes dos ODS, pois o acesso à educação pública, de qualidade e inclusiva é um direito básico que a população deve ter.

... a educação é único caminho capaz para transformação humana social dos indivíduos, conduzindo-os para uma visão crítica, conscientizando e preparando-os para viverem em sociedade e assumindo a sua cidadania (MAX, 1991, p.27).

Um dos principais indicadores da educação a nível nacional é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que de acordo com o Ministério da Educação (MEC):

“IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de nível nacional que tem como função monitorar a qualidade da educação através de dados, para com isso se ter uma mobilização na busca de melhores resultados a cada dois anos. Para se medir o índice é usado dois indicadores, que são: o rendimento escolar do aluno/escola (taxa de aprovação) e o desempenho no exame de português e matemática que são aplicados na prova nacional pelo INEP, sendo esses dados coletados para realização do censo educacional, em uma medida de nota do IDEB que vai de 0 a 10 em seu resultado final (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

### 2.3 Principais dados socioeconômicos

Os principais indicadores de desenvolvimento que foram escolhidos e analisados foram: PIB, IDH, Índice de Gini do município e Índice Firjan de Desenvolvimento, como também o Plano Plurianual para complementar a análise dos dados.

O principal indicador do crescimento da economia em uma cidade, estado ou país é o Produto Interno Bruto (PIB). O cálculo é baseado nos valores de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região durante um período de tempo especificado. Para complementar o trabalho e ter uma noção mais satisfatória da atividade econômica, também acrescentamos o PIB per capita, que é obtido pela divisão do total do PIB pelo número da população.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990 por Mahbub ul Haq, que teve também contribuição de Amartya Sen. O IDH é um índice de medição do desenvolvimento humano e se apresenta como uma alternativa de estudos e análises ao Produto Interno Bruto (PIB). O Índice tem uma composição três indicadores que são fundamentais para avaliação das questões humanas, que são: renda, educação e saúde (ATLAS BRASIL, 2022). Os primeiros objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) incluem, entre outros, a eliminação da pobreza, melhoria da saúde e bem-estar e educação de qualidade. Medir a importância desse indicador é fundamental para determinar se há ou não desenvolvimento humano (PNUD, 2022).

Para uma melhor avaliação dos índices, vamos analisar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal que de acordo com o PNUD:

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros (PNUD, 2022).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Planejamento e Gestão:

“O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E GESTÃO, 2015).

O Índice de Gini foi criado em 1912, pelo estatístico Conrado Gini, com a finalidade de realização da medição do grau de desigualdade, concentração de renda, terra e riqueza de grupos. O índice faz medição da desigualdade e também a diferença de renda dos mais pobres e mais ricos, variando de 0 a 1, sendo o 0 representando a igualdade (todos em uma mesma situação de renda) e o 1 representando a desigualdade e o acúmulo de renda (IPECE, 2010).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Sustentável (IFDM) "é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de cinco mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego e renda, educação e saúde" (IFDM, 2018). A sua análise é realizada na mesma dinâmica como é feito com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), classificada em variáveis de medidas que vai de 0 a 1 em quatro, sendo de 0 a 0,4 (baixo desenvolvimento), 0,4 a 0,6 (desenvolvimento regular), 0,6 a 0,8 (desenvolvimento moderado) e 0,8 a 1 (alto desenvolvimento).

### **3 METODOLOGIA**

O estudo foi realizado no município de Picuí-PB, que está localizado na região centro-norte da Paraíba, mesorregião Borborema e microrregião Seridó Oriental, e compõe a 4ª Região Geoadministrativa do estado da Paraíba. O município foi criado pelo Decreto nº 323 de 27 de janeiro de 1902, sendo instalado no dia 9 de março. A Lei Estadual nº 212 de 29 de outubro de 1904 mudou a sede do município de Cuité para Picuí. No ano de 1924, em 18 de março, Picuí passou ao posto de cidade através da Lei Estadual nº 599. De acordo com o Censo do IBGE (2010), Picuí possui uma população de 18.222 habitantes, dos quais 12.120 residem na zona urbana e 6.102 na zona rural do município e a densidade demográfica é de 27,38hab/km².

O Artigo é de natureza exploratória e a metodologia usada para análise é um estudo de caso do município de Picuí-PB. As fontes consultadas para a obtenção dos dados são as bases de banco de dados de instituições públicas e privadas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do Firjan, do Ministério da Educação (MEC), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entre outras instituições que disponibiliza informações importantes para o tema, além de artigos científicos que foram consultados no banco de dados do Scielo e Portal Periódico CAPES/MEC.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

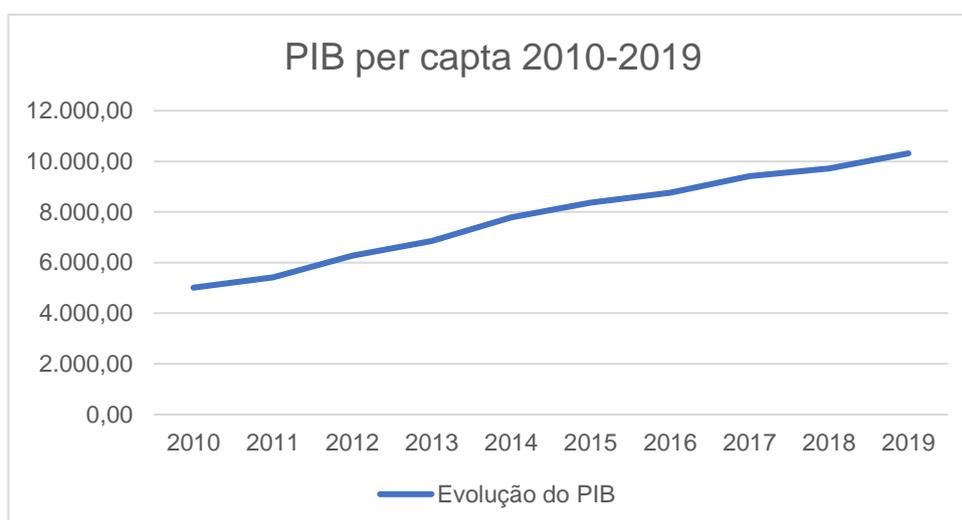
Nos resultados e discussão serão considerados alguns aspectos socioeconômicos de Picuí-PB, dentre eles: Indicadores de Desenvolvimento Municipal (PIB, IDH, Índice Firjan e Índice de Gini), como também o Plano Prurianual e dados da Educação. Todos os índices têm ligação direta com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e auxilia na implantação da Agenda 2030 e em seu cumprimento.

#### 4.1 Indicadores de desenvolvimento

O município de Picuí é o 2º município mais populoso da 4ª região geoadministrativa do estado da Paraíba, na qual é composta por 12 municípios. De acordo com estimativa do IBGE a população prevista em 2021 foi de 18,7 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 192,9 milhões, nos quais 53,9% do valor adicionado advém da administração pública, sendo 36,2% das participações dos serviços, 53,9% da indústria e 4,5% da agropecuária.

Com toda esta estrutura, o PIB per capita de Picuí é de R\$ 10.316,32 mil, que mesmo sendo maior que a média regional (R\$ 9,6 mil), esse valor é menor que a média estadual (R\$ 16,9 mil) e também da grande região de Campina Grande (R\$ 15,1 mil). No Gráfico 1 podemos observar a evolução do PIB per capita, que no período de 9 anos dobrou de 5.010,45 (2010) para 10.316,32 (2019), assim mostrando uma evolução histórica.

**Gráfico 1-** Evolução do Produto Interno Bruto per capita do município de Picuí-PB - 2010 a 2019



Fonte: IBGE

Nota-se observando as tabelas 1 e 2 uma importante evolução do IDHM no município de Picuí e na Paraíba, havendo um aumento de quase 100% do IDHM entre 1991 e 2010, mas ainda podemos observar que o índice fica abaixo da média nacional. Em 2010, Picuí e a Paraíba tem uma faixa de desenvolvimento média, enquanto o Brasil tem uma faixa alta de desenvolvimento de acordo com os números de referência da figura 2.

**Tabela 1-** Crescimento do IDHM (1991 a 2010)

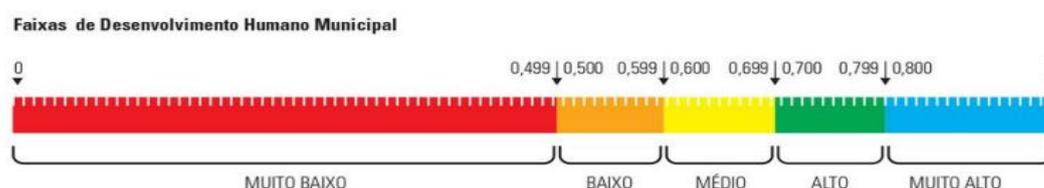
Ano Base	IDHM Picuí	IDHM Paraíba	IDH Brasil
1991	0,305	0,382	0,493
2000	0,433	0,506	0,612
2010	0,608	0,658	0,727

Fonte: Atlas Brasil

**Tabela 2 - Crescimento do IDHM (Educação, Longevidade e Renda de 1991 a 2010)**

Ano Base	IDHM Educação Picuí	IDHM Educação PB	IDHM Longevidade Picuí	IDMH Longevidade PB	IDHM Renda Picuí	IDHM Renda PB
1991	0,116	0,191	0,456	0,515	0,537	0,565
2000	0,256	0,331	0,504	0,582	0,631	0,672
2010	0,506	0,555	0,596	0,656	0,745	0,783

Fonte: Atlas Brasil

**Figura 2- Faixa do desenvolvimento**

Fonte: Atlas Brasil

De acordo com a Figura 3, podemos ver o demonstrativo financeiro planejado para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 do Plano Plurianual de Picuí, no qual demonstra que se tem um foco maior de recursos para a área de educação, saúde, previdência social e urbanismo, devido também as obrigações constitucionais, principalmente das duas primeiras que exigem uma atenção maior por partes dos entes federativos que precisam trabalhar sempre em busca de melhorar os indicadores, pois representam investimentos muito importantes para saúde:

Serviços de educação e saúde são, de longe, os mais importantes serviços individuais e sua disponibilidade, acessibilidade e qualidade desempenham um papel enorme na vida das pessoas. Saúde e educação são grandes setores na maioria das economias, mas sua produção tende a ser mal medido CMEPSP (2009, p. 98).

Figura 3 - Plano Plurianual de Picuí-PB



ESTADO DA PARAÍBA  
29-PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ  
Sistema de Planejamento do Plano Plurianual  
Anexo V - Resumo das Ações Por Função PPA - Período: 2018 a 2021

Página : 1 / 1

Função	2018	2019	2020	2021	Total
01 LEGISLATIVA	1.900.831,24	1.981.616,56	2.060.881,22	2.143.316,46	8.086.645,48
04 ADMINISTRAÇÃO	2.937.742,50	3.062.596,54	3.185.100,36	3.312.504,35	12.497.943,75
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.689.595,50	2.803.903,25	2.916.059,28	3.032.701,54	11.442.259,57
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.110.565,00	6.370.264,00	6.625.074,55	6.890.077,52	25.995.981,07
10 SAÚDE	12.326.959,12	12.850.854,82	13.364.888,94	13.899.484,41	52.442.187,29
11 TRABALHO	26.125,00	27.235,31	28.324,72	29.457,70	111.142,73
12 EDUCAÇÃO	17.126.016,86	17.853.872,56	18.568.027,44	19.310.748,47	72.858.665,33
13 CULTURA	904.585,00	943.029,84	980.751,01	1.019.981,04	3.848.346,89
15 URBANISMO	3.333.605,00	3.471.670,66	3.607.137,45	3.748.022,89	14.160.436,00
16 HABITAÇÃO	481.980,00	502.464,15	522.562,71	543.465,21	2.050.472,07
17 SANEAMENTO	384.560,00	400.903,78	416.939,91	433.617,49	1.636.021,18
18 GESTÃO AMBIENTAL	30.305,00	31.592,96	32.856,67	34.170,93	128.925,56
20 AGRICULTURA	2.713.877,73	2.829.217,48	2.942.386,12	3.060.081,50	11.545.562,83
23 COMÉRCIO E SERVIÇO	60.610,00	63.185,92	65.713,35	68.341,87	257.851,14
25 ENERGIA	436.430,00	454.978,27	473.177,40	492.104,49	1.856.690,16
26 TRANSPORTE	140.900,00	146.888,25	152.763,78	158.874,33	599.426,36
27 DESPORTO E LAZER	484.465,00	505.054,75	525.256,93	546.267,18	2.061.043,86
28 ENCARGOS ESPECIAIS	1.536.135,00	1.601.420,73	1.665.477,55	1.732.096,63	6.535.129,91
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	962.559,00	1.003.467,75	1.043.606,45	1.085.350,69	4.094.983,89
<b>Total Geral R\$</b>	<b>54.587.846,95</b>	<b>56.904.217,58</b>	<b>59.176.985,84</b>	<b>61.540.664,70</b>	<b>232.209.715,07</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Picuí-PB, 2022

No período de 20 anos, o índice de Gini de Picuí-PB teve um aumento com relação aos dados de 1991 (0,5318) para 2000 (0,5484) e uma queda 10 anos depois para 0,5281 no ano de 2010, conforme a tabela 3. Essa diminuição dos números do ano 2000 para 2010 indica melhoria na distribuição de renda entre os cidadãos.

Tabela 3 - Índice de Gini / Picuí-PB

Índice de Gini (renda domiciliar per capita de Picuí-PB (1991, 2000 e 2010))	
1991	0,5318
2000	0,5485
2010	0,5281

Fonte: DATASUS e IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

**Figura 4 - IFDM e áreas de desenvolvimento**

Picuí - PB : (Ano 2016): IFDM 0.6626



Fonte: Firjan

Em Picuí, de acordo com o Firjan, o índice IFDM no ano de 2016 obteve nota 0,6626, sendo o 41º colocado entre os municípios do estado da Paraíba e o 3.005º colocado a nível nacional. Fazendo a decomposição da nota geral para as áreas, vamos ter resultado de 0,7908 na Educação, e 0,7804 na Saúde, ambos apresentando um desenvolvimento moderado e na área de Emprego e Renda um resultado de 0,4166, sendo um desenvolvimento regular, assim precisando de maiores investimentos e atenção nessa área.

Os dados apresentados indicam números positivos dos índices de condições básicas de vida da população de Picuí-PB, sendo apresentados e discutidos indicadores como: PIB, PIB per capita, IDHM, Índice de Gini, Índice Firjan de Desenvolvimento Social e o Plano Plurianual, sendo esses um termômetro que demonstram como se encontra a distribuição de renda.

A implementação de alguns programas do governo federal, como o Programa Bolsa Família (PBF), que buscou em seu objetivo contribuir para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil por meio da melhoria do acesso à educação, à saúde e à assistência social, pode ser responsável pela evolução positiva que foi vista através de indicadores. (BRASIL, 2003). De acordo com Néri et al., (2014) as políticas sociais, como o Bolsa Família contribuíram no fortalecimento da luta por melhorias na qualidade de vida da população, como também Da Nóbrega Junior (2015), faz ligação complementando que junto com as políticas de redistribuição de renda , também é importante a estabilidade monetária do país , que o elevou consideravelmente os resultados de “muito baixo desenvolvimento humano no início da década de noventa, para um nível de alto desenvolvimento humano já em 2008” (p.91, 2015).

Para complementar, o município de Picuí tem 1,3 mil empregados formalizados com carteira assinada, com remuneração média de R\$ 2,2 mil, valor esse superior a média estadual que é de R\$ 2,1 mil. Das atividades que mais empregam podemos destacar de acordo com consulta na RAIS as áreas de: administração pública com 803 trabalhadores formais, o comércio varejista com 69 empregos formais e a extração mineral com 49 empregados formais, sendo as três áreas de destaques que contribuem com o desenvolvimento socioeconômico.

## **4.2 Educação**

Conforme os dados disponibilizados pelo IDEB desde 2007, o município de Picuí vem apresentando resultados positivos maiores que as metas que foram projetadas, sendo uma boa indicação de que a educação vem apresentando dados evolutivos de forma positiva. Na tabela XX demonstra a evolução das notas do IDEB desde o ano de 2007.

**Tabela 4 - Metas e Resultados do IDEB de Picuí entre 2007 e 2021**

Ano	IDEB Observado							
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
5ºano (EF1)	3,3	3,7	4,9	5,5	5,6	5,6	6,0	5,7
Meta Projetada	2,7	3,1	3,5	3,8	4,0	4,3	4,7	5,0
9ºano (EF2)	3,1	3,5	4,0	4,2	4,1	4,6	5,1	4,9
Meta Projetada	2,4	2,6	2,9	3,3	3,7	4,0	4,3	4,5
3ºano (EM)	DND	DND	DND	DND	DND	3,3	5,0	4,4
Meta Projetada	DND	DND	DND	DND	DND	3,0	3,5	3,7

**Nota:** Os resultados em amarelo, referem-se a meta do IDEB atingida; (DND) Dados não disponíveis.  
Fonte: INEP (2022).

Desde os resultados dos dados obtidos de 2007 até 2019, se observa que tivemos uma evolução constante das notas do IDEB, mas em 2021 se teve uma redução das notas, que mesmo sendo menores que as de 2019, ainda ficaram acima da meta projetada e também maiores que as nota obtidas pela média estadual (EF1 5,1; EF2 4,6 e EM 3,9) e nacional (EF1 5,5; EF2 4,9 e EM 3,9).

Considerando o cenário pandêmico, os resultados obtidos foram positivos, levando em consideração a suspensão das aulas presenciais, seguidas de aulas híbridas até a volta 100% presencial. Em entrevista para a Agência Brasil (16/09/2022) Maria Helena Guimarães de Castro, que é presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), afirmou que os resultados do IDEB 2021 são importantes para que a gente possa medir todo o impacto que a pandemia proporcionou:

“Eu entendo que realização do Saeb no final do ano passado foi importante no sentido de produzir subsídios para estados e municípios, que são os atores mais diretamente afetados, no entanto, eu me reservo o direito de dizer que eu considero o Saeb 2021 é um Saeb importante para nós vermos os danos da pandemia e para podermos enfrentar esses desafios. Eu entendo que a comparabilidade dos resultados não deve ser feita esse ano”.

Maria Helena também destacou que se teve duas medidas que foram impactantes, que são: a reorganização dos currículos com definição de prioridades e a aprovação automática. Os próximos anos serão desafiadores para educação e é preciso cada vez mais realizar um bom planejamento e acompanhamento das ações para que os resultados obtidos sejam de excelência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico revelou o desenvolvimento do município em termos de saúde e educação. O município apresenta características de desenvolvimento relativo, pois possui um IDHM considerado médio em relação a outros municípios brasileiros e um IDEB com nota superior as médias estadual e nacional .Nesse caso , os fatores educação e saúde tiveram um impacto significativo na melhoria do IDHM , o que

pode ter sido pelo acesso contínuo da população a programas governamentais como o Bolsa Família, que visa apoiar o desenvolvimento dos beneficiários e diminuir as desigualdades, conforme sugerido por outros projetos de pesquisa .

As características socioeconômicas de Picu retratam uma comunidade em desenvolvimento, pois foi constatado pelos dados discutidos que há uma tendência de melhoria em alguns setores, como o IDHM, principalmente nas áreas de educação e saúde, e redução da desigualdade pelo Índice de Gini, sendo necessário um olhar mais atento aos setores de emprego e renda segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento.

O diagnóstico socioeconômico é importante na construção de um raio x local, entretanto, o diagnóstico sozinho não pode ser utilizado para retratar o contexto social da comunidade, isso se deve ao fato de que alguns aspectos do diagnóstico socioeconômico não puderam ser tratados tão bem, devido a algumas restrições, como a falta de dados atualizados. É possível que não haja equivalência entre a realidade apresentada pelos bancos de dados e a realidade vivenciada pela população, bem como deficiência na coleta de informações bem organizadas para subsidiar pesquisas socioeconômicas essenciais.

Como indicação, sugere - se que, para enfrentar a questão da coleta de dados, seja criado um banco de dados bem organizado e de fácil acesso às informações, onde pesquisadores, organizações e órgãos governamentais possam colaborar para atualizar constantemente informações importantes para este modelo de diagnóstico, em vez de confiar na coleta oficial de dados, que frequentemente falha na questão do tempo e exige grandes investimentos. Diante disso, há a necessidade de trabalhos futuros que busquem discutir o tema com qualidade e que forneçam dados socioeconômicos de outros municípios ou regiões para servir de base para o banco de dados sugerido e para pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 04 de dez. de 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS)**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginipb.def>. Acesso em 01 nov. 2022.

CMEPSP: Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress... Disponível em: <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/index.htm>. Acesso em 05 de dez. de 2022.

DOWBOR, L. Gestão social e transformação da sociedade. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. **Razões e ficções do desenvolvimento**. 15. ed. São Paulo: Editora UNESP/EDUSP, 2001. p. 197-222.

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Pública. **Manual do prefeito**. 10 ed. Rio de Janeiro, 1996. p 119 e p.133.

IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. **Consulta ao Índice**. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 03 de dez. de 2022.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Entendendo os principais indicadores sociais e econômicos**. 1 ed. Fortaleza: IPECE, 2010. 131 p.

JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.56, n.2, p137-160, 2005.

LIMA, L.; ANDRADE, M.; BARCELOS, V. Diagnóstico socioeconômico como instrumento de gestão regionalizada e participativa. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6., 2013. **Anais do IV Congresso CONSAD de Gestão Pública**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.consad.org.br/documentos?filter=true&ano=2013&page=2>. Acesso em: 02 de dez. de 2022.

MARX, K. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MEREGE, R. C. C. B. **Levantamento socioeconômico com foco no saneamento do Bairro Ilhota em Itapema**, Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2011. 142 f.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 02 de dez. de 2022.

NÉRI, M. C.; VAZ, F. M.; SOUZA, P. H. G. F. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: Uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 193-206 p., 2013.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 118 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>. Acesso em 25 de Nov. de 2022.

NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. Diagnóstico socioeconômico do Cariri Ocidental paraibano: avanços sociais e desigualdade interna. **Revista Espaço Acadêmico**, 2015, v. 15, n. 174, p. 90-97.

PAZ, E. C.; CUENCA, M. C. S. Gobernanza global y los Objetivos de Sostenible en España. Empresa. **Investigación y pensamiento crítico**, p. 149-169, 2020.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil>. Acesso em: 26 de nov. de 2022.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003.

TACHIZAWA, T. Sustentabilidade e responsabilidade social: proposta de modelo de diagnóstico socioambiental baseada em pesquisa empírica. **Revista Produção Online**, v. 9, n. 4, p. 795-821, 2009.

TÔSTO, S. G.; BRANDÃO, E. S.; SAID, U. P.; ANJOS, G. T. **Diagnóstico socioeconômico dos municípios da região noroeste do Estado do Rio de Janeiro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, n. 41, 103 p.

TOKARNIA, M. Em meio à pandemia, aprendizagem cai nas escolas do país. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 16 de set. de 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-09/em-meio-pandemia-aprendizagem-cai-nas-escolas-do-pais>. Acesso em: 02 de dez. de 2022.